



O senador investe no corpo a corpo para chegar ao segundo turno

PT diz que é legal e vê confusão com o PV

O advogado do Partido dos Trabalhadores, Ivaneck Peres, disse ontem que só aguarda a publicação no Diário da Justiça do indeferimento dos pedidos de registro dos diretórios de Taguatinga e Planaltina para entrar com recursos junto ao TSE. Ele salientou, no entanto, que o PT está convencido de sua participação na eleição de 3 de outubro: "As pessoas estão confundindo o PT com o PV. Nós já temos registro definitivo e, portanto, estamos credenciados para a disputa da eleição, mesmo que persista a decisão inicial do TRE".

Ivaneck explica que se o TSE decidir manter o indeferimento, e não registrar os diretórios de Taguatinga e Planaltina, escondidos em novembro do ano passado, basta uma simples iniciativa da Direção Nacional do PT: "Ela tem poderes para nomear comissões provisórias para as zonas, o que resolve o impasse".

Segundo explicação do advogado do PT, essa nomeação não é feita agora por dois motivos. Primeiro, porque a decisão do TRE não foi publicada no *Diário Oficial* e, juridicamente, ainda não tem efeito. Depois, porque o Partido dos Trabalhadores do DF acredita que reverterá o indeferimento no TSE.

"A discussão toda gira em torno, principalmente, de um fato: os mandatos dos dirigentes do PT em Brasília acabaram no último dia 27 de setembro, e a eleição para as novas diretorias só ocorrerá em novembro, criando uma lacuna. Mas isso foi autorizado pela Direção Nacional do PT, que prorrogou os mandatos de setembro para novembro", esclarece Ivaneck.

A assessoria jurídica do PT também manifesta tranquilidade quanto aos três processos de impugnação contra o partido e seus candidatos movidos por Paulo Goyaz, do PFL. O primeiro, que pede a anulação da convenção regional da legenda, é rechaçado de imediato: "Na condição de candidato, Paulo Goyaz não pode fazer esse tipo de solicitação", fala Ivaneck.

Mas um argumento contrário às pretensões de Paulo Goyaz refere-se, segundo Ivaneck, ao atropelo dos fatos: "Ele se baseia numa decisão que o TRE só tomou no último dia 4, muito depois do processo encaminhado por ele à Justiça. Isso não existe, é como você comprar um imóvel com o dinheiro de uma loteria que você ainda não ganhou", afirma.